

DEFESA HISTÓRICA DA COPASA E LUTA CONTRA A PEC DO CALA A BOCA

“Os trabalhadores na Copasa deram uma demonstração de sua capacidade de mobilização e de partirmos para um movimento ainda mais intenso em defesa da empresa como patrimônio público para prestar serviços de saneamento de qualidade e acessível a todo o povo mineiro.” A afirmação do presidente do SINDÁGUA, Eduardo Pereira, reforça a luta com a presença extraordinária de trabalhadores, vindos de todo o Estado, para participarem da Assembleia que deliberou pela rejeição da proposta da Copasa para o Acordo Coletivo de Trabalho 2025, e que, depois, tiveram intensa participação na Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), convocada pelo deputado Betão (PT), em que foi discutida a PEC 24/2023, que tenta impedir o povo ao “Referendo” para autorizar privatização da empresa, sendo necessário também de quórum qualificado dos deputados para a mudança na Constituição de Minas Gerais.

Orientados e conscientes da proposta da empresa para o Acordo Coletivo, a assembleia presencial rejeitou-a por unanimidade, sendo que teremos ainda a votação online pelo site do SINDÁGUA, nesta quinta-feira, dia 25/9, das 8 às 17 horas.

MOBILIZAÇÃO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

O clima na Audiência Pública foi de denúncias contra o governo Zema de sucatear a Copasa e de tentar cumprir sua promessa de campanha com a privatização da empresa, para se cacifar em seu projeto político como candidato à presidência da República no próximo ano.

Extremamente importante a fala da deputada Bella Gonçalves, que evidencia as intenções do governador: “Um grupo se apropriou da diretoria da Copasa, dificultando o trabalho que é feito na ponta para depois defender a necessidade de privatização”. A parlamentar questionou o envolvimento do BTG Pactual com suas ações



dentro do governo Zema: “ - O banco tem informações privilegiadas sobre as ações e a administração das debêntures da Copasa. O plano é jogar as ações lá embaixo no momento da venda, para depois lucrar milhões com a empresa”, afirmou.

Os deputados que participaram da audiência foram unânimes em atacar o golpe do governo para entregar a Copasa à privatização e destacaram a ausência do presidente da Copasa, que enviou como preposto à reunião o chefe de gabinete, Eduardo Gomes. Pelo governo, com argumentos de que é preciso vender a estatal para pagar 20% da dívida de Minas com a União e reduzir juros do restante, participou o secretário-adjunto da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede), Frederico Amaral e Silva, muito vaiado ao defender o projeto entreguista do patrimônio público.

O presidente da Copasa deverá ser convocado pela Assembleia Legislativa para prestar depoimentos sobre a empresa, sobretudo em relação às denúncias de precarização das condições de trabalho e sucateamento.



DEPUT